

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 09 de junho de 2015.

Edição nº 1682

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Portarias.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....3

Súmulas de contratos.....4

Concursos Públicos.....5

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Súmulas de convênios.....11

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Editais.....11



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 273/2015

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a contar do dia 12/05/2015, a Portaria nº 0817/2015, que designou DIEGO CASAMALI, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 12/05/2015 (Port. 1466/2015).
- a contar do dia 21/05/2015, a Portaria nº 0913/2015, que designou RAQUEL ROSA MAMBRIN, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 21/05/2015 (Port. 1553/2015).
- a contar do dia 14/05/2015, a Portaria nº 4175/2014, que designou VALDOMIRO RIBEIRO DA SILVA NETO, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 14/05/2015 (Port. 1554/2015).
- a contar do dia 21/05/2015, a Portaria nº 3168/2013, que designou JÉSSICA FRANCINE FELAPPI, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 21/05/2015 (Port. 1711/2015).
- a contar do dia 28/05/2015, a Portaria nº 3508/2014, que designou AMANDA FERNANDES CRESTANA, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 28/05/2015 (Port. 1712/2015).

DESIGNAR, nos termos do Provimento n.º 61/2005 e de acordo com as Leis Estaduais n.º 11.732/02 e 12.279/05:

- pelo período de 24 meses, a contar do dia 02/03/2015, PATRICIA QUENTEL, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão nº 644, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 1468/2015).
- pelo período de 12 meses, a contar do dia 18/05/2015, DANIEL DEVINCENZI, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão nº 646, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 1634/2015).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de junho de 2015.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

PORTARIA Nº 252/2015 - PF

ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

O PROCURADOR DE FUNDAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 67 do Código Civil e 1.203 do Código de Processo Civil c/c o artigo 19, inciso II, alínea "c", da Lei Estadual nº 7.669/82, e o artigo 38 do Provimento nº 72/2008-PGJ, bem como a Portaria nº 1504/2013, aditada pela Portaria nº 2050/2013, ambas da Procuradoria-Geral de Justiça, e tendo em vista o que consta no PR.00958.09735/2012-7, **APROVA** a alteração estatutária procedida no Estatuto da **FUNDAÇÃO DE PAIS PRÓ-SAÚDE MENTAL INFANTIL - FUPASMI**, com sede na cidade de Porto Alegre-RS.

Registre-se e publique-se.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de junho de 2015.

ANTONIO CARLOS DE AVELAR BASTOS,

Procurador de Fundações.



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N.º 274/2015

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

CONVERTER

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 3 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, da servidora CRISTIANE SANTOS WILHELMS, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3443760, registrada no Boletim n.º 091, publicado no DEMP de 18/03/2014, referente ao quinquênio de efetividade de 07/02/2009 a 05/02/2014, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 02/06/2015 – PR.00749.00019/2015-2 - Port. 1781/2015).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria n.º 1098/2015, que nomeou VANESSA PAULA PUERARI, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", deste órgão (Port. 1801/2015).

- a Portaria n.º 1100/2015, que nomeou PAULA MOLINA LEAL, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", deste órgão (Port. 1802/2015).

- a Portaria n.º 1103/2015, que nomeou HELIO LAZZARI JUNIOR, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", deste órgão (Port. 1803/2015).

- a Portaria n.º 1104/2015, que nomeou MARCELO MERLO FLORES, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", deste órgão (Port. 1804/2015).

- a Portaria n.º 1105/2015, que nomeou FRANCINE ZAGO WEBER, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", deste órgão (Port. 1805/2015).

- a Portaria n.º 1109/2015, que nomeou DÉBORA VIVIANE DO AMARAL, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", deste órgão (Port. 1806/2015).

- a Portaria n.º 1110/2015, que nomeou EVELISE FERREIRA PEREIRA, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", deste órgão (Port. 1807/2015).

- a Portaria n.º 1111/2015, que nomeou MARIANA PEDROLO PADILHA, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", deste órgão (Port. 1808/2015).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, JOÃO PEDRO VIEIRA DOS SANTOS, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o centésimo

décimo sétimo (117) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 1809/2015).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, GUILHERME DORNELES REIS, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o centésimo décimo oitavo (118) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 1810/2015).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, GUILHERME NUNES DA SILVA, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o centésimo décimo nono (119) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 1811/2015).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, CRISTIANE DELAI, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o centésimo vigésimo (120) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 1812/2015).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, ANA PAULA AYDOS BERGONCI, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o centésimo vigésimo primeiro (121) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 1813/2015).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, ANA CAROLINA GRECO, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o décimo nono (19º) lugar na Lista de Classificação Especial, para Negros e Pardos (Port. 1814/2015).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, RAPHAEL GOULART DE LIMA, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o centésimo vigésimo segundo (122) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 1815/2015).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, KIZI PACHECO DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o centésimo vigésimo terceiro (123) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 1816/2015).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, MARCELO ZAP BERTONCELLO, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o centésimo vigésimo quarto (124) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 1817/2015).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, LEONARDO VERARDO FANZELAU, para exercer o cargo



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de junho de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1682

de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o centésimo vigésimo quinto (125) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 1818/2015).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, SIMONE MARIA PICORAL DAL MOLIN, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o centésimo vigésimo sexto (126) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 1819/2015).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, ANDREZA ALCÂNTARA, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o vigésimo (20º) lugar na Lista de Classificação Especial, para Negros e Pardos (Port. 1820/2015).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, ADILSON VINICIO CARNEIRO, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o centésimo vigésimo sétimo (127) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 1821/2015).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, CARLOS ROBERTO MARION DA SILVA, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o centésimo vigésimo oitavo (128) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 1822/2015).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, RENATA JOSIANE OLIVEIRA ASSMANN, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o centésimo vigésimo nono (129) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 1823/2015).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, TELMA CORRÊA DE FRAGA, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o centésimo trigésimo (130) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 1824/2015).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de junho de 2015.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
CO.31089**

CONTRATADA: ALFAMÍDIA PROW TREINAMENTO E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA.; **OBJETO:** inscrição dos

servidores Manoel Luiz Hernandez Garcia e Marcelo Wilder da Cunha, lotados na Unidade de Gestão de Processos, no curso "Formação Especialista: Desenvolvedor Java", a ser realizado no período de 15 de junho a 17 de julho de 2015, com carga horária de 289 horas, em Porto Alegre/RS; **VALOR TOTAL:** R\$ 5.584,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 08 de junho de 2015, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de junho de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SÚMULA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO N.º 1116-09.00/15-3
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 23/2015**

Fornecedor: WORKSHOP DISTRIBUIDORA DE SISTEMAS;
Objeto: Registro de preço de peças para armazenamento de dados, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QTDE. (UN.)	VALOR UNITÁRIO (R\$)
01	HD interno, 3,5 polegas, 1 TB, com velocidade nominal de 7.200rpm e Interface SATA.	Toshiba/ HDKPC03	30	255,32

VALIDADE: 06 (seis) meses; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.os 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/05 e 33/08, Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02, Provimento PGJ/RS n.o 54/02 e Decreto Estadual n.º 42.434/03;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de junho de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE **ASSESSOR – ÁREA DO DIREITO** DO QUADRO DE PESSOAL DE
PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA – SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 197/2015

RESULTADO PROVISÓRIO DA PROVA DE TÍTULOS

TORNO PÚBLICO que a Comissão de Concurso, tendo em vista o Concurso Público para o cargo de Assessor – Área do Direito, Classe “R”, a que se refere o Edital nº 377/2014, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 29 de agosto de 2014, **RESOLVE:**

- I. **DIVULGAR**, no Anexo Único deste edital, o resultado provisório da prova de títulos;
- II. **DIVULGAR** que, considerando o disposto nos itens 19.4, inciso III, e 19.5, ambos do Capítulo XI, do Edital nº 377/2014, para fins de contagem do tempo de serviço prestado como profissional liberal autônomo, foi observada a data da primeira participação em ato privativo de advogado, devidamente comprovada por certidão cartorária, referindo a atividade praticada, e por Certidão de Inscrição da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- III. **COMUNICAR** que as avaliações da prova de títulos estarão disponíveis para consulta no sítio do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (<http://www.mprs.mp.br/concursos>), a partir do dia 09/06/2015;
- IV. **ABRIR PRAZO** para interposição de recurso quanto à publicação do resultado provisório da prova de títulos, nos seguintes termos:
 - a) Os recursos deverão ser interpostos exclusivamente através da internet. Para tanto, o candidato deverá acessar seu cadastro no sítio do Ministério Público (<http://concursos.mprs.mp.br/concursos/accounts/login/?next=/concursos/>), selecionar a opção correspondente à INTERPOSIÇÃO DE RECURSO e seguir as orientações que serão apresentadas.
 - b) O recurso interposto está limitado a um máximo de 5.000 (cinco mil) caracteres.
 - c) O período para interposição de recursos é das **10h00min do dia 11/06/2015 até as 16h00min do dia 15/06/2015**.
 - d) Havendo necessidade de entrega de documento(s) complementar(es), este(s) deverá(ão) ser entregue(s) pessoalmente na Unidade de Concursos Públicos (Rua General Andrade Neves, nº 106, 14º andar, Centro, Porto Alegre – RS) em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no período e horário informados no item anterior.
 - e) A entrega de documentação complementar, nos termos do item anterior, não dispensa a interposição de recurso na forma do item “a” deste Capítulo.
 - f) A entrega de documentação complementar feita por procurador, com poderes e finalidade específicos, somente será aceita se estiver acompanhada do respectivo instrumento de mandato (não necessitando autenticação em cartório) e da cópia reprográfica do documento de identidade do procurador e do candidato.
 - g) Não serão conhecidos os recursos interpostos por via postal, fac-símile (fax), telegrama, e-mail ou em desacordo com quaisquer das especificações estabelecidas neste Edital e no Capítulo XIII do Edital nº 377/2014.
- V. **TORNAR PÚBLICO**, ainda, a abertura de prazo de 5 (cinco) dias para impugnação do conteúdo do presente edital.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de junho de 2015.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Presidente da Comissão de Concurso.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de junho de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1682

ANEXO ÚNICO
RESULTADO PROVISÓRIO DA PROVA DE TÍTULOS

INSCRIÇÃO	NOTA
54202	2,0
54210	1,0
54217	1,0
54261	1,0
54288	1,0
54323	-
54325	1,0
54345	3,5
54346	3,0
54367	3,0
54384	2,5
54431	3,0
54478	0,0
54558	3,5
54583	4,5
54709	3,5
54762	3,5
54789	1,5
54803	1,0
54807	1,0
54811	3,5
54884	3,0
54891	3,5
54952	0,0
54953	2,5
54971	-
55027	-
55069	0,5
55075	3,5
55088	3,5
55091	1,0
55111	1,5
55112	2,5
55124	1,0
55307	1,5
55314	4,0
55384	3,5
55454	3,0
55504	3,0
55512	1,0
55524	-
55550	-
55640	1,5
55736	3,0
55818	2,5
55826	-
55835	1,5
55873	1,5



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de junho de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1682

55891	1,0
55910	3,0
56065	3,5
56115	3,0
56244	3,5
56259	-
56283	-
56359	3,5
56386	0,5
56387	-
56399	1,0
56409	1,0
56480	1,0
56486	0,5
56504	-
56624	1,5
56636	2,5
56674	-
56822	3,5
56835	4,0
56848	0,0
56858	3,5
56944	3,5
56979	1,0
56986	1,0
57063	1,5
57087	1,5
57142	1,0
57231	2,5
57268	0,0
57324	0,0
57374	3,0
57417	1,0
57446	3,5
57491	0,0
57501	1,0
57527	3,0
57537	-
57567	1,0
57603	1,0
57642	2,5
57645	0,0
57681	3,5
57745	0,5
57792	3,0
57889	2,0
57894	0,0
57987	3,0
58042	3,5
58052	1,5
58064	0,0
58071	3,5



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de junho de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1682

58180	3,5
58195	0,5
58308	1,0
58310	0,5
58361	5,0
58363	0,5
58370	2,5
58396	0,5
58447	-
58466	3,5
58515	0,0
58573	1,5
58575	3,0
58635	1,0
58639	1,5
58706	3,0
58745	1,0
58799	3,5
58815	0,5
58925	-
58989	1,5
59044	3,5
59086	-
59185	0,5
59198	2,0
59240	0,0
59318	-
59348	1,0
59399	0,0
59408	-
59468	2,5
59583	1,5
59609	1,5
59658	1,5
59679	0,0
59708	3,5
59739	0,5
59800	3,0
59812	1,0
59855	1,0
59881	1,0
59964	1,0
59972	-
60037	2,5
60042	-
60064	0,0
60117	1,0
60154	-
60194	-
60200	3,5
60298	2,5
60316	1,0



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de junho de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1682

60321	2,5
60348	0,0
60367	0,0
60404	-
60441	1,5
60442	-
60473	1,5
60478	1,0
60484	0,0
60504	1,0
60565	1,5
60569	-
60574	1,5
60614	2,0
60657	1,5
60658	2,5
60666	1,0
60684	0,5
60712	-
60731	3,0
60744	1,5
60747	2,5
60781	2,0
60812	1,0
60820	2,0
60838	3,0
60841	3,0
60843	1,0
60865	2,5
60888	4,5
60896	3,0
60924	-
60964	3,0
61038	1,0
61040	3,5
61074	0,5
61082	2,0
61118	1,5
61121	-
61123	3,5
61227	1,0
61248	-
61287	0,5
61321	0,0
61325	3,0
61355	1,0
61357	3,0
61379	4,0
61387	-
61414	1,0
61468	-
61469	4,0



61491	1,0
61519	2,0
61552	3,5
61576	-
61617	3,0
61636	0,5
61666	-
61715	0,5
61761	2,5
61812	1,5
61834	1,0
61843	-
61887	1,0
61924	3,5
61995	-
62131	2,5

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE **ASSESSOR – ÁREA DO DIREITO** DO QUADRO DE PESSOAL DE
PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA – SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 200/2015

**CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL
CONVOCAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS**

TORNO PÚBLICO que a Comissão de Concurso, tendo em vista o Concurso Público para o cargo de Assessor – Área do Direito, Classe “R”, a que se refere o Edital nº 377/2014, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 29 de agosto de 2014,

Considerando a decisão liminar proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 70064785330, em tramitação na 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de garantir a participação da impetrante nas demais fases do concurso,

RESOLVE:

- I. **CONVOCAR** para a PROVA DE TÍTULOS a **candidata Magda Susel Konrath, inscrita sob nº 55.900**, nos termos do item 5 do Capítulo X e do Capítulo XI do Edital nº 377/2014, conforme segue:
- Datas e horários:** nos dias úteis, entre 17/06/2015 e 19/06/2015, das 09h00min às 17h00min;
 - Local:** Unidade de Concursos Públicos – Rua General Andrade Neves nº 106, 14º andar, Centro, Porto Alegre – RS;
 - Os títulos deverão ser entregues pessoalmente pela candidata ou por terceiro através de procuração;
 - Os títulos entregues por procurador, com poderes e finalidade específicos, só serão aceitos se estiverem acompanhados do respectivo instrumento de mandato (sem necessidade de firma reconhecida) e da cópia reprográfica do documento de identidade do procurador e do candidato;
 - Não serão aceitos títulos enviados por fax, *e-mail*, via postal ou por outro meio que não o estabelecido neste Edital;
 - Todos os documentos deverão ser entregues sob a forma original, acompanhados por cópias, para que se proceda sua autenticação ou entregues com cópia autenticada;



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de junho de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1682

- g) Somente serão considerados, para fins de pontuação na prova de títulos, os itens que tiverem relação com o cargo em Concurso;
- h) Para cada um dos itens, serão considerados os pontos somente até o número máximo indicado, por item, conforme tabela constante no item 19 do Capítulo XI do Edital nº 377/2014;
- i) O "Formulário da Relação de Documentos para a Prova de Títulos" deverá ser apresentado em **02 (duas)** vias (obrigatoriamente digitadas ou datilografadas), conforme modelo constante no Anexo V do Edital nº 377/2014;
- j) Os documentos a serem entregues deverão estar rubricados e numerados por página, em ordem sequencial, conforme estiverem listados no "Formulário da Relação de Documentos para a Prova de Títulos".

II. **TORNAR PÚBLICO**, ainda, a abertura de prazo de 5 (cinco) dias para impugnação do conteúdo do presente edital.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de junho de 2015.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Presidente da Comissão de Concurso.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

SÚMULA DO TERMO DE COOPERAÇÃO PR.01155.00036/2015-1

Signatários: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Rio Grande do Sul – CAU/RS, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul – CREA/RS e Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS. **Objeto:** Elaboração de cartilha sobre a acessibilidade nos passeios públicos para orientação dos profissionais, gestores e população quanto à observância da legislação e normas técnicas específicas de modo a assegurar acessibilidade universal à cidade. **Prazo de vigência:** Indeterminado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de junho de 2015.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

BOLETIM Nº 266/2015 AVISO Nº 57/2015

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 16 de Junho de 2015, ou nos 15 dias subsequentes, às 09h00min, na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO GILBERTO THUMS: Encaminhado por Promotoria de Justiça Cível, Reg. Públicos e Acidentes do Trab. de Porto Alegre:** 01) Processo nº IC.00844.00004/2010: destinação de 15% da receita líquida para gratuidades pela Fundação Universidade de Tecnologia e Ciências - FUNDATEC. Fiscalização de TAC. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 02) Processo nº IC.00833.00127/2007: averiguar a realização de competições esportivas e eventos na área externa(piscina) do GNU e Ginásio da sede do Moinhos de Vento com propagação de ruído incômodo. Investigado: Grêmio Náutico União. Requerente: Cintia Moscovich Faccioli. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves:** 03) Processo nº IC.00722.00023/2011: objeto: Averiguar eventuais irregularidades nos licenciamentos para parcelamento de solo, movimentação de terras e edificações, no que diz com a expedição de alvarás florestais e a respectiva exigência de compensação florestal, no Município de Bento Gonçalves. Investigado: Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Bento Gonçalves. Local do Fato: Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa:** 04) Processo nº IC.00949.00238/2014: averiguar ocupação irregular de via pública pelos carros de propaganda do Parque Aquático Água Lokos, na Rua Sepé, Bairro Centro, em Capão da Canoa. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 05) Processo nº IC.00748.00059/2014: objeto: ausência de rede de água para famílias no Travessão Soares, Distrito de Vila Seca. Partes: Maria da Graça Fraga de Godoy (representante), Samae (investigado). Local: Caxias do Sul/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 06) Processo nº IC.00748.00136/2014: objeto: Possíveis danos ambientais causados por atividade potencialmente



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de junho de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1682

poluidora sem licença ambiental. Partes: PATRAM (representante); Serralheria alves (representado). Local: Caxias do Sul. 07) Processo nº IC.00748.00217/2014: OBJETO: Exercer atividade potencialmente poluidora sel licença de operação. PARTES: RECUPERADORA KLUG (representado), PATRAM - 1º PELOTÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL DE CAXIAS DO SUL (PATRAM CAXIAS DO SUL) (representante). LOCAL: Caxias do Sul. 08) Processo nº IC.00748.00246/2014: OBJETO: Atividade potencialmente poluidora sem licença de operação. Partes: PATRAM - Representante; IAGARO LUIS DIDONE - Representado. LOCAL: Caxias do Sul - RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 09) Processo nº IC.00748.00327/2011: OBJETO: REGULARIZAÇÃO DO BAIRRO SÃO CIRO. PARTES: MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL (REPRESENTADO) e DE OFÍCIO (REPRESENTANTE). LOCAL: CAXIAS DO SUL - RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado:** 10) Processo nº IC.00760.00008/2014: apurar a existência de irregularidades e atos de improbidade administrativa decorrentes do possível direcionamento da licitação – modalidade Tomada de Preços nº001/14, promovida pelo Município de Roca Sales. Investigados: Nélio Vuaden e Município de Roca Sales;. Local: Roca Sales/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim:** 11) Processo nº IC.00763.00015/2014: OBJETO: Investigar possíveis violações aos direitos dos consumidores, em decorrência de frequentes interrupções no fornecimento de energia elétrica no Bairro Aeroporto, de Erechim. INVESTIGADO: Rio Grande Energia S.A. REPRESENTANTE: Marcos Aurélio Cidade. LOCAL: Erechim/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela:** 12) Processo nº IC.00770.00015/2014: objeto: Poluição Ambiental decorrente de seita religiosa. Investigado: Robinson Gionbelle. Local: Município de Estrela/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Flores da Cunha:** 13) Processo nº IC.00774.00016/2013: objeto: Parcelamento irregular do solo e degradação ambiental (supressão de vegetação nativa). Local: Travessão Lagoa Bela, Flores da Cunha-RS. Investigada: Roseli de Fátima Romitti Bordin. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 14) Processo nº IC.00783.00014/2013: objeto: apurar funcionamento irregular de estabelecimento na área de Atividade Física, por desconformidade com a Lei Federal nº 9696/98 e lei Estadual 11721/2002, com dano potencial aos consumidores. Investigados: ARISTIDES NUNES E CIA LTDA e IRON GYM ACADEMIA. Local: Av. Dorival Cândido Luz de Oliveira, 3028, Gravataí/RS. 15) Processo nº IC.00783.00020/2013: objeto: apurar funcionamento irregular de estabelecimento na área de Atividade Física, por desconformidade com a Lei Federal nº 9696/98 e lei Estadual 11721/2002, com dano potencial aos consumidores. Investigados: ALEXANDRE NUNES RODRIGUES (IRON GYM) e ALEXANDRE NUNES RODRIGUES. Local: Avenida Alexandrino de Alencar, 1056, 2º andar, Bairro Morada do Vale I, Gravataí/RS. 16) Processo nº PA.00783.00264/2013: objeto: Acompanhar o cumprimento do acordo celebrado nos autos da cautelar inominada nº 015/1.13.0010311-8 (3ªVara Cível) em face de DITRENTO POSTOS E LOG. LTDA. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ibirubá:** 17) Processo nº IC.00792.00005/2011: OBJETO:INVESTIGAR O EXERCÍCIO IRREGULAR DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO POR FUNCIONÁRIAS DA EMPRESA TERCEIRIZADA PARA O SERVIÇO DE LIMPEZA NAS CRECHES DO MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ. LOCAL DO FATO: IBIRUBÁ. PARTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria:** 18) Processo nº IC.00864.00061/2012: objeto: não cumprimento da Resolução 237/2011 pelo Município de Santa Maria - implantação de regulação ambulatorial. Investigado: Município de Santa Maria. Local: Município de Santa Maria. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões:** 19) Processo nº IC.00947.00013/2014: investigar a ocorrência de atividade potencialmente poluidora (irrigação) sem licença de operação, no Município de Santo Antônio das Missões/RS. Figura como investigado Fábio Fernandes Comparsi. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja:** 20) Processo nº IC.00878.00007/2010: objeto: apurar fato noticiado na C.Ocorrência nº 123/42/05/2010 de que o investigado estaria realizando secagem e beneficiamento de grãos com licença ambiental vencida.Local: Estrada Mato Grande, Km 01, São Borja. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara:** 21) Processo nº PA.01393.00066/2011: OBJETO: Verificar e acompanhar a situação do Município de Riozinho relativamente ao IC.01336.00002/2008, cujo objeto é "efetividade das políticas de saneamento da Bacia do Rios dos Sinos (esgoto)". INVESTIGADO: Município de Riozinho, Rua Pascoal Brambila, 17. LOCAL: Riozinho/RS). **RELATOR: CONSELHEIRO RICARDO DA SILVA VALDEZ:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude - Articulação/proteção de Porto Alegre:** 22) Processo nº IC.01411.00090/2012: OBJETO: AVERIGUAR IRREGULARIDADE NO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; DENÚNCIA DE NEGLIGÊNCIA NO ATENDIMENTO À ALUNA; E IRREGULARIDADE NO CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA DE FUNCIONÁRIA DA REFERIDA INSTITUIÇÃO. LOCAL: PORTO ALEGRE/RS. PARTE: 1ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO/RS. S I G I L O S O. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística:** 23) Processo nº IC.01202.00030/2015: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão do extravasamento de esgoto na rede pluvial localizada na Av. Paulo Pontes, 343, Bairro Cavalhada, nesta Capital. Investigado: Departamento de Esgotos Pluviais – DEP. Interessada: Coletividade e Ricardo Roberto Bevilacqua. 24) Processo nº IC.01202.00165/2013: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de Prevenção Contra Incêndio no estabelecimento Condomínio Edifício Parque Residencial Teresópolis, localizado na Rua Orfanotrófio, 700, nesta Capital. 25) Processo nº IC.01202.00187/2013: "Investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de PPCL aprovado e o respectivo Alvará expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como eventuais irregularidades na Montagem do painel de luz e na captação de água do DMAE no Centro Comercial Itaimbé, localizado na Avenida Cavalhada, 3623, nesta Capital". 26) Processo nº IC.01202.00193/2012: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventual invasão de área pública, localizada na Rua Flávio Pereira, bairro Costa e Silva, nesta Capital. 27) Processo nº IC.01202.00198/2012: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de irregularidades na obra realizada no Conjunto Residencial Costa e Silva, na altura do n.º 1129, Rua Homero Guerreiro. 28) Processo nº IC.01202.00238/2013: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de supostas irregularidades no reassentamento de antiga moradora da Vila Zero Hora no Condomínio Princesa Isabel, nesta Capital. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arvorezinha:** 29) Processo nº IC.00717.00042/2014: apurar produção de alimento impróprio para o consumo, pela presença de açúcar não discriminada na rotulagem. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas:** 30) Processo nº IC.00740.00019/2011: apurar a regularidade da ILPI Solar do Viver. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 31) Processo nº IC.00820.00179/2014: PRÁTICA DE AGRESSÃO À FAUNA - RISCO À INTEGRIDADE DE CÃO EM CASO DE FUGA, LOCALIZADA NA RUA JOÃO BACCINI, 674, BAIRRO SANTA RITA, TENDO COMO INVESTIGADO GLEDSON FERREIRA DE ARAÚJO. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Passo Fundo:** 32) Processo nº IC.00820.00256/2014: objeto: Averiguar a necessidade de regularização do Conselho de Alimentação Escolar. Requerido: Município de Serafina Corrêa. Local do fato: Serafina Corrêa. **Encaminhado por 2º Promotor de**



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de junho de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1682

Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo: 33) Processo nº IC.00820.00262/2014: objeto: Averiguar a necessidade de regularização do Conselho de Alimentação Escolar. Requerido: Município de Cacique Doble. Local do fato: Cacique Doble. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 34) Processo nº IC.00820.00288/2014: PRÁTICA DE AGRESSÃO À FAUNA - AVES EM CATIVEIRO, LOCALIZADA NA RUA JOÃO FRANÇA, 151, SÃO CRISTÓVÃO, NESTA CIDADE, TENDO COMO INVESTIGADOS DOMINGOS LAZARI E SÉRGIO SANTOS DE OLIVEIRA. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 35) Processo nº IC.01136.00111/2013: OBJETO: APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO ANNA LUIZA FERRÃO TEIXEIRA. LOCAL DO FATO: PASSO FUNDO. REQUERENTE: CARLA SANTOS. REQUERIDA: ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO ANNA LUIZA FERRÃO TEIXEIRA - 7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul:** 36) Processo nº IC.00861.00022/2013: apurar eventual irregularidade no funcionamento da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Affonso Pedro Rabuske, localizada no Município de Santa Cruz do Sul, notadamente no que diz com a inexistência de Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio e regularidade estrutural da Escola investigada. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul:** 37) Processo nº IC.00893.00001/2008: apurar possível descumprimento, por parte do Município de São Lourenço do Sul, de decisão judicial oriunda do TJRS referentes a precatórios judiciais, no exercício de 2005 (GESTÃO DE JOSÉ SIDNEY NUNES DE ALMEIDA). 38) Processo nº IC.00893.00018/2008: apurar eventual extração irregular de areia na propriedade de Mário Luiz Vieira, localizada nas margens do Arroio Carahá, em São Lourenço do Sul. 39) Processo nº PI.00893.00028/2014: apurar eventual irregularidade na construção/colocação de estátua religiosa de lemanjá em suposta área de preservação permanente da Laguna dos Patos, na Praia da Barrinha, em São Lourenço do Sul. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandai:** 40) Processo nº IC.00915.00013/2009: APURAR NOTÍCIA DE IRREGULARIDADES EM ESCOLAS/CRECHES EXISTENTES NO MUNICÍPIO. 41) Processo nº IC.00915.00019/2014: denúncia do Conselho Tutelar de Imbé de falta de veículo próprio disponível para os atendimentos e diligências. **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE:** **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa:** 42) Processo nº IC.00745.00005/2013: objeto: "manejo e queimada de vegetação nativa, incluindo espécies imunes ao corte, na localidade de Morro do Diabo, em uma área total de 21.400 m²". RERESSENTANTE: Fiscal Sanitarista e de Meio Ambiente de Carlos Barbosa, André Leomar Bruxel, INVESTIGADOS: Davi Mauro Neis e Marilene Neis Canal. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gaurama:** 43) Processo nº IC.00777.00052/2004: fornecimento de água aos alunos do Colégio Agrícola de Áurea. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul:** 44) Processo nº IC.00861.00123/2007: destinado a apurar a notícia de corte de árvores nativas, sem autorização do órgão ambiental competente, por parte de Reneu Gonzatti, em Linha Travessa, interior do município de Santa Cruz do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria:** 45) Processo nº IC.00924.00042/2014: objeto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente no vazamento de óleo combustível, diretamente no solo, decorrente de tombamento de veículo que transportava o referido combustível, fato constatado no dia 11/02/2014, na RS 122, Km 55, Município de Campestre da Serra. (conforme Boletim de Ocorrência BM/RS n.º 3546818). LOCAL: Campestre da Serra. DATA: 11/02/2014. INVESTIGADO: ROSA E FILHOS TRANSPORTES LTDA, CNPJ n.º 03.384.483/0001-63, representada pela Sra. JUCILEIA BOFF DA ROSA. **RELATORA: CONSELHEIRA HELOÍSA HELENA ZIGLIOTTO:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 46) Processo nº IC.00832.00415/2014: AS - 4ºPJ. Apurar eventual ameaça ou lesão a consumidores proveniente do fornecimento de produto (sementes) impróprio ao uso e consumo, por força do disposto no art. 18, § 6º, inciso II, do CDC. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana:** 47) Processo nº IC.00937.00007/2013: moradores do Assentamento Rondinha, interior do Município de Jóia, apresentaram nesta Promotoria de Justiça abaixo-assinado encaminhado à Prefeitura Municipal de Jóia, o qual solicita que Empresa VIVO melhore seus serviços na Localidade, uma vez que os telefones celulares dos moradores da região não funcionam, por isso vieram até este Órgão solicitando intervenção do Ministério Público para que a Empresa adote medidas efetivas para que os usuários possam utilizar os serviços disponibilizados pela Operadora VIVO. É investigada a Empresa VIVO S.A. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo:** 48) Processo nº IC.00815.00005/2012: investigar as irregularidades encontradas no Lar para Idosos Polaca (Lídia Anita Hamerski). Investigado: Lar para Idosos Polaca. Local: Novo Hamburgo. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas:** 49) Processo nº IC.00824.00019/2009: objeto: apuração sobre ocupação de área de preservação permanente na margem da Laguna dos Patos, no Balneário dos Prazeres. Local: Praça Aratiba, Pelotas. Investigado: Município de Pelotas. **RELATOR: CONSELHEIRO RENOIR DA SILVA CUNHA:** **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete:** 50) Processo nº IC.00711.00023/2014: apurar riscos à saúde dos consumidores decorrente da venda de bebidas em copos e garrafas de vidro em locais de aglomeração de pessoas em Alegrete. Local do fato: Alegrete. Investigados: Clubes, bares, CTGs e boates. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves:** 51) Processo nº IC.00722.00084/2012: objeto: a regulamentação da lei existente sobre a instalação de placas publicitárias (inclusive luminosas). Investigado: Município de Bento Gonçalves. Local do Fato: Rua Julio de Castilhos, próximo ao Sindilojas e Lojas Volpato, Bairro Centro, Bento Gonçalves/RS. S I G I L O E X T E R N O. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 52) Processo nº IC.00748.00312/2012: OBJETO: Poluição atmosférica causada pela emissão de fuligem. PARTES: OLINDA GEZIRA MATTANA (representante) e CASTERTECH FUNDIÇÃO E TECNOLOGIA LTDA (investigado). LOCAL: Caxias do Sul - RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento:** 53) Processo nº IC.01234.00036/2014: apurar os fatos relativos ao depósito irregular de embalagens de agrotóxico, amontoadas a céu aberto, na Estância Rodeio, localizada no Distrito Upamaroti, interior deste Município, de propriedade dos Senhores Jaime Andre Prediger e Clóvis Antônio Werlange, realizado pelo Senhor Davi Adolar Severo da Rosa, funcionário da estância. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo:** 54) Processo nº IC.00872.00068/2012: verifica a regularidade do poço artesiano existente na Rua Bráulio Mário Ribas, nº 610, Bairro Centro, na cidade de Entre-Ijuís, RS, tendo como investigado NERI BRAGA DA SILVA. 55) Processo nº IC.00872.00224/2013: objeto: Averiguar a regularidade das empresas que atuam como "Centro de Treinamento de Combate a Incêndio e/ou Emergências Químicas", em Santo Ângelo e Entre-Ijuís. Local: Rua Marechal Floriano, nº 2688; Rua Duque de Caxias, nº 748; Av. Venâncio Aires, nº 1130, na cidade de Santo Ângelo, RS; e Rua Bráulio Mario Ribas, nº 961, na cidade de Entre-Ijuís, RS. Investigados: NARDES MANN EXTINTORES, BRISKE CONSULTORIA, EXTINLUME, COM-SEG. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santo Ângelo:** 56) Processo nº IC.01132.00001/2012: objeto: Educação de qualidade - verificação do cumprimento da Lei Federal



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de junho de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1682

11.738/2008 pelo Município de Alecrim. Local: Município de Alecrim - RS. Investigado: Município de Alecrim. 57) Processo nº IC.01132.00004/2012: objeto: Educação de qualidade - verificação do cumprimento da Lei Federal 11.738/2008 pelo Município de São Martinho-RS. Local: Município de São Martinho-RS. Investigado: Município de São Martinho-RS. 58) Processo nº IC.01132.00038/2012: objeto: Verificar o aumento de vagas na educação infantil (creche e pré-escola). Local: Município de Campo Novo - RS. Investigado: Município de Campo Novo. 59) Processo nº IC.01132.00067/2011: objeto: Educação de qualidade - cumprimento da Lei Federal 11.738/2008 pelo Município de Eugênio de Castro. Local: Município de Eugênio de Castro - RS. Investigado: Município de Eugênio de Castro. 60) Processo nº PA.00894.00010/2009: objeto: tendo em vista a notícia de fato ou ocorrência que, em tese, pode configurar ameaça ou violação aos direitos e preceitos fundamentais assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente, relativo aos alunos de escolas Itinerantes, este tem como objeto investigar preliminarmente os fatos. Local: São Luiz Gonzaga - RS. Investigado: Escola Itinerantes. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo**: 61) Processo nº IC.00891.00110/2012: OBJETO: Investigar a denúncia realizada pelo Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região, de que o estabelecimento está descumprindo a Lei Estadual nº 11.721/2002. INVESTIGADA: Mais Academia Ltda. LOCAL: Rua Eugênio Berger, nº 260/ sala 01, Bairro Scharlau, São Leopoldo/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana**: 62) Processo nº IC.00922.00078/2011: apurar a interação do exercício de medicina e do comércio de produtos óticos, supostamente entre Guilherme Moreira Kappel e a empresa Visual Ótica Ltda. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão**: 63) Processo nº IC.00931.00103/2011: apurar possível restrição ao exercício de cidadania no que tange (a) ao sítio da Prefeitura Municipal de Viamão, ante denúncia de que nele não constam endereços eletrônicos para encaminhamento de reclamações, bem como (b) ao abandono do canal de comunicação 'Fala Cidadão', tendo como investigado o Município de Viamão. **RELATORA: CONSELHEIRA SYNARA JACQUES BUTTELLI**: **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete**: 64) Processo nº IC.00711.00075/2007: apurar degradação ambiental, causada pela queimada de campo agropastoril. LOCAL DO FATO: Corredor Maneco Bicca, Km 20, Localidade do Capivari, 5º Subdistrito Alegrete/RS. Investigado: Luiz José Bitencurt. 65) Processo nº IC.00711.00082/2013: depósito de resíduos sólidos (sucata), sem licença do órgão ambiental competente e depósito de lenha nativa sem licença válida para todo o tempo da armazenagem outorgada pela autoridade competente. Local do Fato: Rua Bento Gonçalves, 334, Passo Novo. Investigado: Arlindo Rosalino da Silveira. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana**: 66) Processo nº IC.00937.00002/2008: verificar a existência de poços artesanais COLETIVOS no Município de Augusto Pestana sem outorga para funcionamento pelo Departamento dos Recursos Hídricos. **Encaminhado por 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul**: 67) Processo nº IC.00748.00122/2012: objeto: Irregularidade no atendimento do Posto de Saúde São Pelegrino. Partes: Marilva Basso (Representante), Secretaria Municipal de Saúde (Investigado). **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul**: 68) Processo nº IC.00748.00157/2014: OBJETO: Publicidade abusiva/enganosa. PARTES: ANÔNIMO (representante); IGREJA CAMINHO PLENO (investigada). LOCAL: Caxias do Sul. **Encaminhado por 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul**: 69) Processo nº IC.00748.00306/2012: OBJETO: investigar possível demora na marcação de exames de ecografia pelo SUS em Caxias do Sul. Partes: Secretaria Municipal de Saúde de Caxias do Sul (Investigado) e Onira Terezinha Camargo (representante). Local: Caxias do Sul. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim**: 70) Processo nº IC.00762.00005/2015: apurar o vazamento de dejetos in natura através de um tubo PVC, em desacordo com a licença de operação, fato constatado no dia 04 de dezembro de 2014, na Linha Jaguaeté, interior do Município de Erechim/RS, tendo como investigado Hermes Daniel. **Encaminhado por Promotor de Justiça Substituto da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen**: 71) Processo nº IC.00775.00029/2013: OBJETO: Apurar possível dano ambiental, consistente no exercício de atividade potencialmente poluidora (rampa de lavagem), sem licença ambiental. PARTES: Sandro Nei Engel. LOCAL: Pinheirinho do Vale/RS. 72) Processo nº IC.00775.00038/2008: OBJETO: Impedir a regeneração natural de floresta nativa, através do corte seletivo de 15 (quinze) árvores das espécies Canela e Cambará, sem prévia autorização do órgão ambiental competente. PARTES: Leonézio Luiz Strack. LOCAL: Caiçara/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé**: 73) Processo nº IC.00788.00018/2013: sigilo ok. Denúncia de que a investigada exerce cargo em comissão em Serafina Corrêa e é casada com o sobrinho do Prefeito daquele Município. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos**: 74) Processo nº IC.00807.00018/2004: INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE MAXIMILIANO DE ALMEIDA. OBJETO: APURAR A EXISTÊNCIA DE LOTEAMENTO IRREGULAR (LOTEAMENTO SCORTEGANHA). LOCAL DO FATO: MAXIMILIANO DE ALMEIDA. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo**: 75) Processo nº IC.00820.00165/2014: PRÁTICA DE AGRESSÃO À FLORA - DESMATAMENTO, LOCALIZADA NA LOCALIDADE DE PESSEGUIRO, ERNESTINA, TENDO COMO INVESTIGADO JOEL ALVES FRANCA. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo**: 76) Processo nº IC.00820.00184/2014: VERIFICAR POSSÍVEL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSISTENTE NA AUSÊNCIA DE REPASSE DE VALORES AO FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO, TENDO COMO REQUENTE CESAR LUIZ SARTORI E COMO INVESTIGADO DELMAR MÁXIMO ZAMBIASI, EX-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTÃO, RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo**: 77) Processo nº IC.00820.00217/2012: PRÁTICA DE DANOS EM APP, NA LOCALIDADE DA RUA GENERAL OSÓRIO, 2751, CENTRO, NESTA CIDADE, TENDO COMO REQUERENTE O BABM E COMO INVESTIGADO LAVAGEM UNIVERSAL. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas**: 78) Processo nº IC.00824.00006/2015: objeto: suposta irregularidade em contratação, sem prévia aprovação em processo seletivo, de Coordenador de Manutenção da FAU. Local: Pelotas. Investigados: Guilherme Daltoé e Paulo Roberto Daltoé. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo**: 79) Processo nº IC.00887.00002/2010: verificar a regularidade de um posto de lavagem de veículos, em plena atividade, na rua Marechal floriano, s/n, em São Jerônimo, próximo ao Ginásio Municipal de Esportes, sem licença do órgão ambiental competente - SEMA/DEFAP, praticado por JOSUÉ ARAÚJO DA SILVA. 80) Processo nº IC.00887.00015/2014: (descrição não informada). 81) Processo nº IC.00887.00031/2010: apurar a ocorrência de dano ambiental, decorrente de corte raso de vegetação em APP, na propriedade do investigado Osmar Silveira de Souza, na localidade de Zona dos Pachecos, em Barão do Triunfo/RS. 82) Processo nº IC.00887.00037/2013: objeto: promover a regularização de uma carvoaria situada na localidade de Costa do Sutil, em São Jerônimo/RS. Investigado: Juventino Vieira Lopes Filho. Local: Localidade de Costa do Sutil, interior, São Jerônimo/RS. 83) Processo nº IC.00887.00040/2013: objeto: promover a regularização das atividades do empreendimento de serraria e desdobramento de madeira, localizado na Linha Nova, no município de Barão do Triunfo, de propriedade do Sr. Irineu Rocha Kologeski. Investigado: Irineu



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de junho de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1682

Rocha Kologeski. Local: localizado na Linha Nova, no município de Barão do Triunfo/RS. 84) Processo nº IC.00887.00042/2013: objeto: Promover a regularização sanitária e ambiental do Centro de Reabilitação Especializada para dependentes de álcool e drogas Cara Limpa. Local: Estrada São Jerônimo, nº 1091. Investigado: C.R.E.D. Cara Limpa. 85) Processo nº PI.00887.00024/2014: "Apurar a veracidade da Denúncia anônima recebida da ouvidoria do MP (PR.01229.01830/2014-1) contendo o seguinte: Gostaria de denunciar o funcionário público da Prefeitura de Arroio dos Ratos, Hermes José Vasconcelos Rodrigues, por estar fazendo parcelamento, de solo, por conta própria, sem passar pelo órgão licenciador municipal, no caso, o Departamento de Meio Ambiente.". **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo**: 86) Processo nº IC.00890.00055/2010: OBJETO: Encaminhamento e aprovação de instauração das leis municipais 7.242/10 e 7.243/10". INVESTIGADOS: Ary José vanazzi e os vereadores Fernando Henning, Adão Rambor, Cláudio D'Avila, Edite Lisboa, Nestor Moraes, Gerson Luis de Borba, Henrique Prieto, José Ary Moura, Daniel Daudt Shaefer, Alexandre Schuh, Ana Inés Affonso, Maria Dolores Pessoa e Nestor Pedro Schwertner. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga**: 87) Processo nº IC.00894.00001/2012: INVESTIGADO: João Carlos Rodrigues de Oliveira. LOCAL DO FATO: Edifício Movelândia, a Rua Treze de Maio, nº1491, Centro, São Luiz Gonzaga-RS. OBJETO: Inquérito Civil instaurado com o objetivo de apurar a conduta do investigado, relativamente ao descumprimento de normas técnicas de prevenção a sinistros. 88) Processo nº IC.00894.00038/2003: especialização: Ambiental/Poluição Atmosférica. Investigado: COOPATRIGO - Cooperativa Tricolor Regional São Luizense Ltda. Testemunhas: Jurema Andrade da Silva, César Augusto Marques Coimbra. Local da Fato: Cidade de São Luiz Gonzaga. Objeto da Investigação: Averiguar a veracidade da denúncia de poluição ambiental relatada pelo Batalhão de Polícia Ambiental por meio do Relatório de Infração Ambiental nº 009/2003. **RELATORA: CONSELHEIRA ANGELA SALTON ROTUNNO**: **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé**: 89) Processo nº IC.00718.00010/2015: OBJETO: APURAR A OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL CONSISTENTE EM MANTER PÁSSAROS SILVESTRES EM CATIVEIRO SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. INVESTIGADO: ELI WERNER. LOCAL: RUA MARCÍLIO DIAS, Nº 3301, BAIRRO HIGIENÓPOLIS, BAGÉ. 90) Processo nº IC.00718.00115/2014: OBJETO: Apurar a manutenção de rinha de galo, como ocorrência de abuso e/ou maus tratos em animais. INVESTIGADO: César Trindade Brasil. LOCAL: Antenor Gonçalves Pereira, Bairro São José, Bagé-RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Carazinho**: 91) Processo nº IC.00743.00001/2012: OBJETO: investigar a ocorrência de possíveis irregularidades envolvendo a celebração do Termo Aditivo de Contrato 004/2012 envolvendo a Empresa Enge-arte Construtora e Incorporadora e o Município de Chapada. INVESTIGADOS: Prefeito Municipal de Chapada e outros a apurar. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos**: 92) Processo nº IC.00917.00007/2009: apurar ocorrência de destruição de vegetação nativa em APP para ampliação de açude. Localidade de Linha Lara em Esperança do Sul. Parte: Angelo Bassani. 93) Processo nº IC.00917.00016/2009: APURAR A REALIZAÇÃO IRREGULAR DE UMA DRENAGEM PRÓXIMA A UMA NASCENTE D'ÁGUA E A DESTRUIÇÃO DE FOLHAS NATIVAS DE DIVERSAS ESPÉCIES. LOCALIDADE DE SANTO ANTONIO - DISTRITO DE PADRE GONZALES NO MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS. PARTE: DANIEL SCHERER. 94) Processo nº IC.00917.00018/2010: apurar possível ocorrência de dano ambiental decorrente de descapoeiramento de rebrote, através de corte raso, de folhosas nativas de pequeno porte. Localidade de Lajeado das Quedas no Município de Três Passos. Parte: Jandir Ari Fell. 95) Processo nº IC.00917.00020/2013: apurar dano ambiental decorrente do corte de árvores nativas, de pequeno e médio porte, totalizando 360 m², sem autorização e/ou licenciamento ambiental da autoridade competente. Localidade Olhos D'água, no Município de Bom Progresso. Parte: Elo Fockink. 96) Processo nº IC.00917.00030/2010: apurar possível ocorrência de dano ambiental em decorrência de depósito de madeira nativa, sem a devida licença ambiental. Localidade de Linha Árvore Seca no Município de Três Passos. Parte: Paulo Roberto Krauspenhar. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, *caput*, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de junho de 2015.

MARÍLIA GOLDMAN QUITES,

Promotora-Assessora.

BOLETIM Nº 267/2015

AVISO Nº 58/2015

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 16 de Junho de 2015, ou nos 15 dias subsequentes, às 09h00min, na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre indeferimento de instauração de inquérito civil, relativo aos fatos a que se referem os seguintes expedientes: **RELATOR: CONSELHEIRO GILBERTO THUMS**: **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel**: 01) Processo nº RD.00884.00087/2014: servido Público Municipal solicita análise de sua situação em relação a Administração Atual. **Encaminhado por Designação Excepcional - Sérgio da Fonseca Diefenbach**: 02) Processo nº RD.00912.00268/2014: DENÚNCIA DE DERRUBADA DE ÁRVORES NATIVAS NOS FUNDOS DA RUA ALBINO PINTO, Nº 56 E NOS FUNDOS DA NOVA CONSTRUÇÃO DO SUPERMERCADO DIA, NO PROLONGAMENTO DA RUA SETE DE SETEMBRO, NAS PROXIMIDADES DO LOJA TAQI. **RELATOR: CONSELHEIRO RICARDO DA SILVA VALDEZ**: **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja**: 03) Processo nº RD.00878.00273/2014: RD instaurado a partir de Comunicação de ocorrência Amb. nº 123/71/11-14. **RELATORA: CONSELHEIRA SYNARA JACQUES BUTTELLI**: **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gaurama**: 04) Processo nº AT.00777.00050/2014: vem comunicar possível ato de abuso de autoridade de policial civil de Áurea. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, *caput*, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de junho de 2015.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,

Promotora-Assessora.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de junho de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1682

EDITAL

FAÇO PÚBLICO, CUMPRINDO DETERMINAÇÃO DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em conformidade com o que dispõe o artigo 15, § 2º, combinado com o artigo 62, ambos da Lei n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e o Provimento n.º 08/2002, publicado no Diário Oficial da Justiça de 19 de fevereiro de 2002, que se encontra vago o cargo abaixo elencado, na forma de provimento e critério abaixo relacionados:

EDITAL	FORMA DE PROVIMENTO	CRITÉRIO	CARGO
117/2015	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja , de entrância intermediária.
118/2015	Remoção	Antiguidade	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de Uruguaiana , de entrância intermediária.
119/2015	Remoção	Antiguidade	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé , de entrância inicial.
120/2015	Remoção	Merecimento	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha , de entrância inicial.
121/2015	Remoção	Antiguidade	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas , de entrância inicial.
122/2015	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Palmares do Sul , de entrância inicial.
123/2015	Remoção	Antiguidade	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí , de entrância inicial.
124/2015	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Estância Velha , de entrância inicial.
125/2015	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ibirubá , de entrância inicial.
126/2015	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Mostardas , de entrância inicial.
127/2015	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul , de entrância inicial.
128/2015	Remoção	Merecimento	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquari , de entrância inicial.
129/2015	Remoção	Antiguidade	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquari , de entrância inicial.
130/2015	Remoção	Merecimento	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé , de entrância inicial.
131/2015	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho , de entrância inicial.
132/2015	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tupanciretã , de entrância inicial.
133/2015	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sepé , de entrância inicial.
134/2015	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Triunfo , de entrância inicial.
135/2015	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Piratini , de entrância inicial.
136/2015	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nonoai , de entrância inicial.
137/2015	Remoção	Antiguidade	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto , de entrância inicial.
138/2015	Remoção	Merecimento	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Charqueadas , de entrância inicial.
139/2015	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Planalto , de entrância inicial.
140/2015	Remoção	Merecimento	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Girúia , de entrância inicial.
141/2015	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Quaraí , de entrância inicial.
142/2015	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Iraí , de entrância inicial.
143/2015	Remoção	Antiguidade	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Itaqui , de entrância inicial.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de junho de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1682

144/2015	Remoção	Merecimento	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Canguçu , de entrância inicial.
145/2015	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela , de entrância inicial.
146/2015	Remoção	Merecimento	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas , de entrância inicial.
147/2015	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marau , de entrância inicial.
148/2015	Remoção	Merecimento	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul , de entrância inicial.

OS PROMOTORES DE JUSTIÇA interessados têm o prazo de 10 (dez) dias, computados na forma do artigo 3º, § 1º, do Provimento n.º 33/2008, para manifestarem interesse na habilitação.

O prazo de desistência encerra-se dois dias úteis após o prazo de habilitação, nos termos da Súmula nº 22 do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de junho de 2015.

MARÍLIA GOLDMAN QUITES,
Promotora-Assessora.